

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

MARYADNE DIAS GONÇALVES

**A EXPERIMENTAÇÃO DE PRÁTICAS CORPORAIS FUNDAMENTADAS NA
GINÁSTICA GERAL E SUA CONTRIBUIÇÃO AOS PROCESSOS DE
INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

VITÓRIA

2011

MARYADNE DIAS GONÇALVES

**A EXPERIMENTAÇÃO DE PRÁTICAS CORPORAIS FUNDAMENTADAS NA
GINÁSTICA GERAL E SUA CONTRIBUIÇÃO AOS PROCESSOS DE
INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá

Co - orientador: Prof^o. Weber Gomes

VITÓRIA

2011

RESUMO

O estudo objetiva analisar e discutir as possíveis contribuições da experimentação de práticas corporais fundamentadas na ginástica geral (GG) aos processos de inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual. De caráter qualitativo, o estudo foi pensado em 10 encontros totais, tendo 10 alunos com deficiência intelectual, oriundos da APAE – Vitória/ ES. A pesquisa realizada durante o Projeto de Extensão de GG teve a participação de 6 estagiárias e 3 professores do curso de Educação Física. Por meio da Análise de Conteúdos os relatórios, as imagens e os depoimentos analisados apontaram desafios, possibilidades, limites e conquistas na experimentação desta prática corporal, evidenciando mudanças qualitativas no desenvolvimento destes, de forma a contribuir significativamente na forma como eles se percebiam enquanto cidadão, potencializando assim, seus processos de inclusão socioeducacional.

Palavras – chave: Ginástica Geral; Educação Física; Inclusão.

ABSTRACT

The study aims to analyze and discuss the possible contributions of the trial of bodily practices based on general gymnastics (GG) to the processes of inclusion of youth and adults with intellectual disabilities. Qualitatively, the study was thought to total 10 meetings, with 10 students with intellectual disabilities, from APAE - Vitória / ES The research conducted during the Project Extension GG was attended by six trainee and three professors of physical education. Through the Content Analysis reports, images and analyzed the testimony pointed challenges, possibilities, limits and achievements of this practice in the trial body, showing the development of these qualitative changes, in order to contribute significantly in how they perceive themselves as citizens, thus enhancing their processes of inclusion.

Key-Words: General Gymnastics; Physical Education; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em tese foi desenvolvida como requisito para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso e, teve como foco central investigativo a análise sobre a utilização da Ginástica Geral (GG) ou Ginástica para Todos (GPT)¹ como instrumento de contribuição aos processos de Inclusão de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual.

A opção por esta temática caminha no intuito de pesquisar o movimento corporal das pessoas com deficiência, e entender como a GG pode auxiliar no processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Levamos em consideração, *a priori*, o movimento que aluno já traz de suas vivências anteriores não trabalhados de forma efetiva em aulas de GG. Desse modo, a vivência foi feita de maneira a conhecer o corpo, obtendo o entendimento do se expressar através dele, e o respeitar o próprio corpo e o do outro.

Historicamente, entende-se que o Movimento Ginástico, como era conhecido na Europa, se manifestava como cultura em que "[...] se constrói a partir das relações cotidianas, dos divertimentos e festas populares" (SOARES, 1998, p.18). Por isso, fizemos com que a ludicidade, o divertimento estivessem presentes neste projeto, fazendo com que esses jovens deficientes intelectualmente se expressassem com prazer.

A opção por analisar e discutir a contribuição de uma proposta intervencionista no âmbito das práticas corporais para pessoas com deficiências, alicerça-se também na constatação de que, ao longo de décadas percebe-se uma carência de políticas que garantam a oferta e a permanência de projetos voltados para a prática do esporte, do lazer e da recreação para a população de jovens e adultos com deficiência. Hoje vemos que com as políticas inclusivas e integracionistas existentes, isto tem se modificado de alguma forma, na medida em que tais ações vêm auxiliando no processo de inclusão desta população, oportunizando-os o direito a esta serviço (SASSAKI, 2006).

¹ Este termo passou a ser utilizado desde Janeiro de 2007. Porém, neste estudo iremos utilizar o termo Ginástica Geral.

Este acesso aos serviços permite ao deficiente experimentar/vivenciar um outro mundo de cultura, representações e movimentos corporais, e ainda,

[...] aumentar a probabilidade de realizações pessoais e ampliar o repertório de atitudes sociáveis, e dar a chance de descobrir as suas potencialidades proporcionando incremento da auto-estima, autoconfiança e sobre tudo a integração social. (GÂNDARA, 1997, p.308).

Neste aspecto, cabem aos gestores de políticas públicas, as autoridades esportivas dentre outras, construir políticas que garantam a oferta e permanência de serviços a todos os indivíduos, proporcionando um desenvolvimento da auto-estima, da autoconfiança e da socialização, incluindo-o no contexto.

2. CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA DE ESTUDO

Os dados foram coletados com a parceira do Laboratório de Educação Física Adaptada (LAEFA) no Centro de Educação Física e Desportos na Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES), visto que neste laboratório já existe um projeto que se intitula “Prática Pedagógica de Educação Física para pessoas com deficiência intelectual”, cujo objetivo primordial é o foco no desenvolvimento de estudos de práticas pedagógicas inclusivas no atendimento educacional a crianças, jovens e adultos com NEEs.

O LAEFA foi fundado em 1993 pelo prof. Dr. Sidney de Carvalho Rosadas, em que iniciou um movimento em prol da inclusão de pessoas com deficiência por meio do Programa Permanente. Este programa vem se consolidando na UFES como um eficaz agente na formação profissional, ao propiciar aos alunos desta universidade, em especial do CEFD/UFES, um espaço de aproximação com os diferentes campos de intervenção da Educação Física, possibilitando experiências significativas na formação inicial.

Neste contexto, o projeto de Ginástica Geral (GG) tinha a intenção de somar ações que favoreçam e socializem a produção de práticas pedagógicas inclusivas para jovens e

adultos com deficiência intelectual a fim de garantir-lhes de fato e de direito uma vida mais justa e igualitária.

A aproximação com este laboratório surgiu logo no início da minha vida acadêmica, quando conheci o LAEFA em uma apresentação sobre os laboratórios de pesquisa no CEFD. Já a escolha pela Ginástica Geral surgiu em conversas com a orientadora quando se percebeu o quanto esta prática seria contributiva para o grupo em questão. Como afirma Oliveira & Lourdes que a atividade com GG, “apresenta-se então dotada de um caráter de autonomia, liberdade, o que favorece também o convívio em novos grupos, fazendo com que o indivíduo alargue as fronteiras do seu mundo e intensifique assim suas comunicações. (2004)” Sendo assim, podemos entendê-la como componente privilegiado no contexto educativo, tendo contribuições aos processos de inclusão destes jovens e adultos com deficiência intelectual.

No que se refere a condição da pesquisadora para realizar tal projeto, o aprendizado sobre Ginástica foi em um curto, porém significativo contato com a prática no 4º período do curso², em que eu tive uma boa experiência, a qual foi levada em consideração no momento de sua atuação.

O cumprimento da disciplina e possibilidade de realizar/construir composições coreográficas feitas coletivamente com a turma, me deram um novo entendimento a respeito da GG e das outras modalidades de Ginástica, compreendendo as formas e maneiras de se expressar corporalmente sem visar competição ou técnica. Entende-se hoje que trabalhar com a GG nas aulas de Educação Física é uma opção interessante, isso porque como afirmam Souza (1997) e Gallardo (1995) o trabalho com a GG “[...] constitui numa referência importante devido ao seu caráter pedagógico e inovador”.

Entendemos que essas pessoas com deficiência intelectual tem potencial para realizar práticas corporais dentro dos seus limites. Assim, propusemos atividades de maneira que elas vivenciassem/experimentassem determinados materiais, ritmos e movimentos para que se aproximassem da prática da GG. Assim, atentando para a movimentação corporal dos alunos deficientes, percebemos as emoções sendo demonstradas e as

² Conhecimento e Metodologia do Ensino da Ginástica é uma disciplina que está desde 2006 no currículo e é ofertada no 4º período do curso de Educação Física- Licenciatura - da UFES.

conquistas alcançadas a cada encontro. Desta forma, a importância deste trabalho com pessoas com deficiência intelectual, não só no aprendizado de um determinado conteúdo ou modalidade, mas na identificação de um movimento corporal diferenciado, e ainda na concretização de uma expressão que antes não era conhecida por elas.

Portanto, a GG torna-se, em alguns momentos, uma prática que potencializa seu desenvolvimento social, afetivo, cognitivo, tornando-se possível a sua realização com estes jovens e adultos.

A partir dos pressupostos elencados construímos a seguinte questão que orienta este estudo: *Em que medida a experimentação de práticas corporais fundamentadas na Ginástica Geral (GG), poderia operar como uma ferramenta potencializadora aos processos de Inclusão de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual?*

Ao encontro de elementos teórico-empíricos que nos auxiliassem a responder esta problemática, construímos os seguintes objetivos a serem almejados ao longo deste estudo:

Analisar as possíveis contribuições da experimentação de práticas corporais fundamentadas na Ginástica Geral (GG) para os processos de Inclusão de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual.

Para tanto delineamos as seguintes ações:

- Identificar as possibilidades/limites dos alunos na realização de movimentos da Ginástica Geral tendo com eixo norteador os aspectos socioafetivos, cognitivos e psicomotores inseridos nesta experimentação;
- Analisar e discutir os possíveis desmembramentos desta experimentação na/para os projetos de inclusão socioeducacional dos envolvidos.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracterizou por um relato de experiência com base qualitativa e exploratória, pois permitiu aos envolvidos (estudantes, alunos/monitores e a

coordenadora do grupo) o contato direto e interativo com os sujeitos deste estudo tomando o ambiente natural como fonte direta de dados e, concebendo o pesquisador como instrumento fundamental dos movimentos que ali foram disparados (GODOY, 1995, p.52)

A natureza exploratória nos possibilitou uma “[...] maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2002, p.41). Por isso, a aproximação com os jovens e adultos com deficiência intelectual foi relevante, pois estes fazem estão diretamente ligados a problematização, tendo por finalidade de sustentação do discurso sobre a GG dentro do processo de inclusão, tornando o problema mais aparente.

Este projeto foi realizado no Centro de Educação Física e Desportos na Universidade Federal do Espírito Santo, no período de Agosto a Novembro de 2010, o qual foi desenvolvido um total de onze encontros. Estes encontros tinham duração de uma hora e os responsáveis por esta modalidade de GG separavam-nos em submomentos para que os alunos tivessem um melhor aproveitamento deste tempo. Sendo assim, no início dos encontros sempre havia um momento de recordar o que havia sido feito até então, pois entendíamos que muitos deles tinham esta necessidade; depois apresentávamos as atividades que seriam realizadas no dia; e por fim a prática destas atividades, sempre sendo realizadas com segurança e acompanhamento das estagiárias. No planejamento, que acontecia logo após os encontros, eram esboçados os conteúdos e a metodologia que seria utilizada nas próximas intervenções, com a presença da coordenação do projeto, e estagiárias.

A principal ferramenta para análise dos dados foram os relatórios feitos pelas estagiárias, que tiveram contato direto com os alunos deficientes. Com um número total de 10 relatórios, foram descritos não só o processo de execução das aulas, mas também como os alunos se portavam em determinado momento da prática de GG, verificando se esta havia influência sobre este comportamento. Tínhamos ainda, câmeras digitais em que registrávamos imagens dos alunos experimentando as brincadeiras, jogos e atividades. Para a utilização das imagens dos alunos no projeto e na pesquisa, foi

solicitada a assinatura dos pais e/ou responsáveis no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ao final do semestre, com o objetivo de avaliar/analisar o funcionamento dos projetos pertencentes ao LAEFA, foi proposto uma reunião com os pais/responsáveis dos alunos envolvidos. Neste momento, recolhemos depoimentos/falas significantes para o desenvolvimento das práticas dentro do laboratório.

Os dados foram estudados com base na Análise de Conteúdos com a intenção de identificar o que está sendo realizado em relação à GG como contribuição aos processos de inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual. Desse modo, segundo Bardin, o método que se aproxima a esta realidade é aquele que se caracteriza por ter,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. (BARDIN, 1977, p. 3).

Neste sentido, através das “comunicações”, que são as expressões corporais dos alunos ao realizarem a prática de GG, foram analisadas quais seriam as possibilidades desta modalidade servir como instrumento potencializador do processo de inclusão. Obtendo as “mensagens”, ou seja, as respostas dos alunos deficientes às atividades de GG propostas, tivemos os indicadores qualitativos que permitiram a dedução de conhecimentos relativos a estas possibilidades.

4. A PRÁTICA DA GINÁSTICA GERAL E SUA CONTRIBUIÇÃO AOS PROCESSOS INCLUSIVOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na tentativa de compreender a GG como ferramenta de contribuição aos processos de inclusão a pessoas com deficiência, buscamos aporte nos processos histórico-evolutivos que perpassaram a história da Ginástica. Assim sendo, o período de ascensão da Ginástica dita moderna foi no século XIX, com o chamado Movimento Ginástico Europeu, a qual teve influência das mais importantes escolas modelos da Europa.

Neste contexto, a Ginástica surge como sendo a transformação da atividade física não regularizada para a sistematização de exercícios físicos, como aparecem nas Escolas Inglesa, Alemã, Sueca e Francesa, as quais originaram a Ginástica que vemos atualmente. A Escola Inglesa era mais relacionada aos jogos, atividades atléticas e ao esporte. As outras escolas foram as responsáveis pelo surgimento dos principais métodos ginásticos, os quais a partir de então determinaram o início deste Movimento. (LANGLADE E LANGLADE, 1970).

Até meados do século XX, estes movimentos ginásticos trouxeram artifícios que direcionaram a prática de exercícios físicos no mundo. Neste ponto, passam a surgir campos de atuação com a modalidade de Ginástica, desempenhando importantes funções na sociedade industrial, “apresentando-se como capaz de corrigir vícios posturais oriundos das atitudes adotadas no trabalho, demonstrando assim, as suas vinculações com a medicina e, desse modo, conquistando status. (SOARES, 1994, p.64).

No decorrer dos anos seguintes, como afirma Paoliello (2008), esta modalidade, se direcionou a objetivos diversificados, expandindo cada vez mais as possibilidades de seu uso. Assim, com intenção de facilitar a compreensão, a autora apresenta os 5 grupos de atuação da Ginástica. São eles: Ginástica de Condicionamento Físico - engloba todas as modalidades que tem por objetivo a aquisição ou a manutenção da condição física; Ginástica de Competição - reúnem todas as modalidades competitivas; Ginástica Fisioterápica - responsável pela utilização do exercício físico na prevenção ou tratamento de doenças; Ginástica de Conscientização Corporal - a grande maioria destes trabalhos teve origem na busca da solução de problemas físicos e posturais; Ginástica de Demonstração - é representante deste grupo a Ginástica Geral (Ginástica Para Todos), cuja principal característica é a não-competitividade, tendo como função principal a interação social entre os participantes.

No que se refere ao último campo de atuação, ressaltamos a GG, que no ano de 1984, passou a ganhar espaço neste “mundo gímnico” após a reestruturação da Federação Internacional de Ginástica, órgão responsável pelas modalidades gímnicas competitivas e demonstrativas nos Jogos Olímpicos. Na FIG a GG é denominada esporte recreativo, que estimula, além de outros fatores, a criatividade de seus participantes.

No Brasil, vemos a GG se desenvolver muito pouco, talvez seja pelo fato de nossos olhos midiáticos estarem voltados para a atuação da competição. A Confederação Brasileira de Ginástica, afirma que a GG é uma modalidade abrangente que está fundamentada nas atividades ginásticas como (Artística, Rítmica, Acrobática, Aeróbica e de Trampolim), valendo-se também de vários tipos de manifestações, tais como: danças, expressões folclóricas e jogos, expressos através de atividades livres e criativas. Dentre os diversos objetivos da GG existem alguns que são fundamentais para a formação humana como, promover o lazer saudável, proporcionando bem estar físico, psíquico e social aos praticantes; favorecer a performance coletiva, respeitando as individualidades, em busca da auto-superação pessoal, sem qualquer tipo de limitação para a sua prática; promover uma melhor compreensão entre os indivíduos; oportunizar a participação do maior número de pessoas em atividades físicas de lazer fundamentadas nas atividades gímnicas.

Infelizmente este tipo de modalidade a qual tem objetivos tão abrangentes a todas as necessidades de formação do ser humano, ainda tem participação muito pequena se comparada a outras modalidades. Percebemos que não só a prática da GG é escassa, como também são insuficientes os estudos sobre a prática de jovens e adultos com deficiência nesta modalidade. E ainda, encontrar projetos que relacionem a GG e este público, é muito difícil. Todavia entendemos que vem acontecendo um avanço, uma nova visão sobre esta prática, que estão levando a sociedade á mudanças não só dentro do esporte e do lazer, mas de uma forma geral em que estas pessoas possam participar de maneira integral da sociedade. Logo, devem ser construídas políticas públicas que oportunizem projetos que assegurem a adesão e a permanência qualitativa destas propostas, afim de garantir uma melhora na qualidade de vida de todos nós, em especial daqueles que tanto necessitam, no caso pessoas com necessidades especiais.

Em nosso entender, as leis existem e significam a materialização da concepção de justiça de uma sociedade, devendo representar um equilíbrio entre os diferentes interesses existentes (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003). Sendo assim, precisamos fazer jus ao que está posto em lei. A luta pelo conhecimento e entendimento dos direitos dos cidadãos com deficiência é longa e constante. Se hoje há algum reconhecimento que antes era uma questão apenas de responsabilidade do indivíduo, é resultado de uma

persistente atitude por parte das pessoas com deficiência e seus familiares. Esses direitos, assegurados em lei, levam a sociedade a uma mudança de pensamento e atitude frente esta realidade.

Direcionando este debate para o âmbito de uma política inclusiva, identificamos que a sociedade pouco, ou quase nada, faz no intuito de fortalecer a inserção social das pessoas com deficiência, não só em relação ao cumprimento das legislações vigentes, mas também, na ampliação de ações que garantam políticas que oportunizem oferta de serviços de ordem culturais, social/saúde, educacionais, lazer e esportivos.

Nesta realidade capitalista em que a produção é mais importante que a satisfação pessoal e o bem-estar coletivo, concordamos com Ferreira & Guimarães, quando afirmam que,

[...] nas sociedades capitalistas, em que as relações definem-se pela produção e pelo lucro, o padrão ideal de homem segue valores determinantes. Nesta perspectiva, o corpo humano é concebido da mesma forma com que é o corpo social. Uma das consequências deste modelo traduz na constatação de que a pessoa com qualquer tipo de deficiência é considerada não-eficiente, não-produtiva e não-adequada a esta sociedade. (2003, p.77).

Nesse aspecto, a pessoa com deficiência resente da falta de recursos e serviços que garantam condições para se desenvolver na/com a sociedade. A consecção do direito a educação de forma regular e de qualidade; acessibilidade a postos de saúde e áreas de lazer como teatro, shoppings, museus; terem direito a trabalhos adequados a suas limitações e salários igualitários são algumas questões a serem revistas na política inclusiva de nossa sociedade, em que, na maioria das vezes exclui pelo fato de não estarem dentro dos padrões de produtividade do sistema.

Mas a luta por um espaço e uma oportunidade na sociedade não é de hoje. Desde o século XX, mas precisamente após o período das Grandes Guerras, surgiu um movimento na Europa chamado Movimento Integracionista, ou de Integração Social das Pessoas Portadoras de Deficiência, o qual se lutava pelo direito á dignidade e respeito nos serviços e recursos de habilitação e reabilitação oferecidos aos deficientes (PEREZ, 2002). Estes, por sua vez, não queriam ter os serviços apenas para preenchimento das lacunas do mercado de trabalho, que estava escasso devido a quantidade de pessoas

mutilados (por causa das guerras), mas queriam como serviços de direito do indivíduo. A partir disto, inicia-se uma movimentação social para se compreender a integração como sendo uma série de recursos (saúde, educação, cultura, assistência social) que são disponibilizados às pessoas portadoras de deficiência para que estas se integrem ao sistema existente.

Hoje o movimento é outro, a luta é outra: o cumprimento dos direitos ao serviço tem que ser de todos, não escolhendo apenas os deficientes. O acesso, a oportunidade deve vir a todos os cidadãos de igual modo. Quem deve se adaptar a diversidade humana é o sistema. Como afirma Perez (2002), o movimento é do sistema e não do indivíduo.

O processo de inclusão inicia-se a partir de uma mudança da sociedade no sentido de outra/nova forma de organização social, e não, da tentativa de que as pessoas com deficiência se modifiquem para se ajustarem, tanto de forma estrutural como ideológica a sociedade vigente. Sasaki (2006) afirma que no paradigma da inclusão “[...] os sistemas que devem adaptar-se às necessidades das pessoas em geral. O importante na inclusão, é que o direito seja usufruído pelas pessoas com deficiência sem serem separadas das outras pessoas [...]” (p.106). Desse modo, a sociedade deve olhar para si e perceber que as pessoas que a ela pertencem tem necessidades diferentes ou próximas.

E esta mudança deve ser refletida na/com/dentro da escola. O processo de inclusão na escola toma uma ascensão após da Resolução nº 2, de 11/09/2001³, afirmando o que trazia a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96)⁴, sobre a Educação Especial.

Porém, se anteriormente a luta das pessoas com deficiência, era a luta de estar presente dentro da escola, hoje a busca é pela inclusão da escola como um todo, ou seja, pela permanência qualitativa deste aluno neste espaço.

Podemos afirmar que avançamos no sentido do reconhecimento do direito à escolarização regular destes sujeitos, porém ainda há muito avanço a ser realizado no

³ Institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9394, promulgada em 1996 em que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

sentido de sairmos da condição de inclusão na escola para inclusão da escola, ou seja, entender a inclusão como característica da escola, em que o aluno com deficiência é participante ativo das atividades e, não apenas pensar a inclusão como fator que se tem na escola. Antes de a inclusão ser um implemento afirmado em lei, as pessoas com necessidades especiais não tinham, de forma conhecida, o direito à matrícula na escola regular, ou se a tivessem, ficavam em salas especiais, denominada de segregadas, em que os alunos se encontravam no mesmo ambiente dito escolar, porém em um espaço próprio aos deficientes. Já na atualidade isto mudou sob o ponto de vista legal, ou seja, o aluno deficiente tem o direito à matrícula, todavia não é incluído, de fato, neste ambiente. Deste modo, afirmamos que não basta apenas a implementação legal dos direitos e serviços às pessoas com necessidades especiais, mas sim, uma atitude inclusiva de toda a sociedade no sentido de considerar e respeitar a diversidade humana existente.

Ampliando este debate para o contexto que envolve as aulas de Educação Física escolar na modalidade do ensino regular, percebemos que isto ainda se apresenta visto que há tempos atrás a Educação Física era percebida apenas como utensílio, tendo uma perspectiva educacional utilitária. Sendo assim, ela selecionada as pessoas que tinham possibilidade de realizar a qualquer atividade, ou seja, que eram úteis, excluindo, de forma brutal, os deficientes.

Após a II Guerra Mundial, a ginástica militarista deu lugar às intervenções desportivas em que as aulas Educação Física se tornaram um prolongamento das instituições desportivas existentes. Nos anos 70, com o Método Desportivo Generalizado, os princípios destas instituições giravam em torno do rendimento atlético/desportivo, da competição, da comparação de rendimentos e recordes, da regulamentação rígida (CHICON & SÁ, 2010). Com isto, mais uma vez as pessoas deficientes, não se enquadravam nos padrões de rendimento dos esportes. Por isto, devido as limitações, eram excluídas das aulas de Educação Física.

Neste contexto em que o alto rendimento é visado, se iniciam pensamentos críticos às intervenções desportivas. Novas práticas corporais surgiram, para que uma nova forma de ensinar sobre o corpo e se expressar através dele pudessem se tornar uma nova possibilidade de pensar o corpo dentro da escola. Ou seja, pensa-se em pedagogias

críticas que tratam da educação, de forma renovadora, de maneira a quebrar os ideais dos paradigmas biológicos da aptidão física. Como afirmam Chicon & Sá (2010) este movimento de repensar criticamente estes paradigmas, é um movimento de repensar as concepções de uma formação humana vigente a sociedade capitalista, como a “[...] vinculação com o mundo do trabalho, a produtividade, consolidando situações de desigualdades e injustiças sociais que em nada contribuem para a transformação da realidade” (CHICON & SÁ, 2010, p. 19).

No caso da Educação Física o movimento é de afirmação da responsabilidade de formação do homem e conscientização dele como sujeito histórico, fazendo-o se compreender de forma integral dentro da cultura de movimento. Fazê-lo perceber que não é um todo, mas sim uma particularidade deste todo, que tem sentimentos, impressões e expressões, que tem medos, vontades e desejos. Bracht articula ainda que,

Seus adeptos colocam como elemento norteador de uma "nova" Educação Física um compromisso político com as classes oprimidas com vistas a transformações estruturais na sociedade, condição indispensável para um com-viver Humano. (BRACHT, 1989, p.16).

Deste modo, este pensamento crítico oportuniza o reconhecimento daqueles que não tem voz, que são oprimidos e, que não se incluem neste sistema de produção em série, pois tem limites a serem respeitados. E por isso é tão relevante neste aspecto o pensamento, para o não se extinguir o viver e o conviver do ser que é humano.

E é exatamente isto que almejamos: uma sociedade que não nos reprima, que não nos julgue, e sim que nos acolha e, conseqüentemente nos permita a oportunidade de falar, conviver e viver em sociedade independente de nossa condição racial, étnica, de deficiência, entre outras.

Como afirma Rodrigues (2004),

Considerar as diferenças é imergir nos aspectos inerentes às relações humanas, é respeitar, aceitar e valorizar as limitações de cada um, tendo como indicativo a alteridade, pressuposto tanto teórico quanto metodológico da ação docente. (p.43).

Pensando assim, percebemos que na ação docente, deve ter a busca por possibilidades de envolver o indivíduo nas atividades realizadas, de forma a levá-lo a compreender os

aspectos da relação humana, como o respeito, a diferença, a aceitação. O professor de Educação Física, em especial, tem que considerar o processo de construção histórico/cultural do aluno, abandonando os padrões do paradigma da aptidão física e do foco ao alto rendimento. Ele precisa rever seu lugar na escola e, por consequência, na sociedade, abarcando a responsabilidade com os alunos, o compromisso - tanto técnico, como prático - político e histórico em suas práticas.

A formação de professores para atuarem com deficientes ainda é mais delicado, pois o processo de ensino aprendizagem é peculiar. Muitas vezes, percebemos que o preconceito, as atitudes autoritárias, levando estes alunos deficientes à exclusão, acaba por falar mais alto em nossa sociedade. Desta maneira, como afirma Rodrigues, “para que possamos sustentar o exercício democrático, necessitamos visualizar uma prática de ensino que mobilize o sujeito a pensar, a descobrir e a criar” (2004, p.47).

Neste sentido, a prática, ou a possibilidade de uma experimentação desta prática, é fundamental para que as estratégias de ensino possam surgir e ir de encontro a realidade encontrada por este professor ao sair do meio acadêmico. Infelizmente esta possibilidade ainda é muito pouca se comparada a demanda, tanto dos deficientes quanto dos professores.

Por isto, vemos muitas ações de professores ainda enraizadas em uma perspectiva excludente, pois foram professores que não tiveram acesso, em sua formação inicial ou até mesmo continuada, a esta discussão de política inclusiva. Logo tem e terão dificuldades em aceitar e visualizar o trabalho e a importância da Educação Física para pessoas deficientes, tanto dentro como fora da escola. Cruz (2008) afirma que este é o desafio da Educação Física, favorecer uma formação, a partir dos conhecimentos, até então acumulados com os atletas deficientes, para a atuação com as questões da diversidade humana numa perspectiva inclusiva, seja no campo da Educação Física escolar e/ou não escolar.

Cruz (2009) ressalta também que a sustentação para ações pedagógicas relacionadas à escolarização de alunos com necessidades especiais se encontra em processo de construção em alguns aspectos, e desconstrução em outros. É necessário que os estudantes que hoje estão nas universidades, principalmente os que irão atuar no

ambiente escolar, compreendam que suas ações e suas potencialidades dentro deste ambiente devem estar dentro de uma perspectiva inclusiva. De igual modo, aqueles que já estão no campo de atuação a anos, possam compreender o debate político e ter o compromisso de realizá-lo enquanto estiverem no ambiente escolar.

Necessitamos, portanto, construir nossas ações docentes, ou futuros docentes, na perspectiva de uma educação física com caráter inclusivo. Fundamentando nosso pensamento crítico, nossa ideologia, nossa participação política, nossa formação como instrumentos fundamentais para a transformação da sociedade vigente de forma a torná-la, cada vez mais, justa e menos desigual a todos.

5. ANALISANDO ALGUNS RECORTES VIVENCIADOS NO PROJETO

Neste ponto do estudo evidenciaremos alguns recortes extraídos do diário de campo, que nos permitam verificar as possibilidades/conquistas encontradas ao longo do processo, assim como os desafios/limites que surgiram e os desmembramentos desta experiência com GG para os envolvidos no projeto.

Faz-se necessário evidenciar que esta proposta foi pensada a partir da condição de desenvolvimento dos envolvidos, seus limites/possibilidades nos contextos de práticas. Logo, não tomávamos como premissa fundamental desta proposta, a execução ‘correta’ do movimento, e nem o momento exato em que todos tinham que realizá-lo e, sim, o que de fato se construía/expressava a partir do movimento proposto.

No intuito de contextualizar a dinâmica deste projeto, faremos a seguir uma breve exposição sobre o cotidiano das aulas, seus momentos de aula, planejamento e avaliação para, na continuidade realizarmos uma discussão mais efetiva acerca dos dados coletados.

5.1 CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS DISPARADOS NO/COM O GRUPO

A experiência em tese foi dividida em dois momentos, a saber: 1. O momento do planejamento das aulas e da reflexão da/sobre a prática realizada; 2. O momento da aula propriamente dita. Assim, no primeiro momento, juntamente com as alunas estagiárias, estudantes do primeiro período do curso de Educação Física da UFES, com a professora orientadora, e com o co-orientador, realizamos os planejamentos no Centro de Educação Física e Desportos, levando em consideração os objetivos delimitados para esta pesquisa. Com isso, explanávamos os conteúdos da Ginástica que iríamos ministrar, como Ginástica Rítmica, Artística e Geral e inseríamos a discussão sobre a interação dos sujeitos com o ambiente como um todo e suas expressões corporais dentro da prática. Ainda neste momento, verificávamos a nossa própria prática para o aprimoramento na qualidade do ensino em outros encontros.

No segundo momento, era momento da materialização do que se havia discutido anteriormente. Na Sala de Ginástica e/ou na sala de Dança - dependências da UFES - nossos encontros, os quais eram apenas uma vez na semana durante uma hora, eram marcados também com diálogos entre os alunos com deficiência intelectual, com intenção de entendermos suas necessidades e trazermos a eles novas possibilidades de se trabalhar a GG de forma potencializadora.

Os dados da pesquisa foram coletados durante as aulas ocorridas semanalmente as terças-feiras de 15 às 16 horas, no CEFD/UFES. Os sujeitos, os quais eram observados durante todo o processo de explicação e execução das atividades, são jovens e adultos com deficiência intelectual oriundos da Comunidade e APAE Vitória. As aulas eram sempre iniciadas com uma conversa e retomadas as aulas anteriores, para que os alunos recordassem os movimentos aprendidos anteriormente e, também dos jogos e brincadeiras realizados.

Após estes momentos as novas proposições eram apresentadas, sempre buscando explaná-las de forma clara sem perder de vistas as limitações/potencialidades destes

alunos, a fim de que eles compreendessem da melhor forma possível o que lhes era proposto. Em seguida, as atividades eram realizadas, e dependendo da modalidade da Ginástica, fizemos brincadeiras, jogos ou ainda a simples vivência dos aparelhos e dos movimentos corporais. Nestes momentos, utilizamos algumas vezes, a música como instrumento para o desenvolvimento das atividades, o que foi muito relevante para o trabalho. Ao final das aulas, fazíamos uma roda de conversa para obter a compreensão dos alunos às atividades, conhecer seus desejos e poder construir com eles novas possibilidades de utilizar a GG no trabalho com pessoas com deficiência intelectual.

Ao término do período da oficina de GG, propusemos um desafio ao grupo de professores/monitores: montarmos com os alunos uma coreografia. Aceitamos o desafio e fizemos uma apresentação para os pais/responsáveis e amigos com o tema “Água”, em que utilizávamos todas as atividades que realizamos no período do projeto na modalidade de Ginástica para podermos expressar este elemento natural. As aulas antes eram levadas de maneira contínua, ou seja, tínhamos um conteúdo a ser seguido dentro deste os objetivos. Mas, com a coreografia, foi diferente, pois os alunos deveriam relembrar os movimentos e depois memorizá-los na coreografia, dentro do tempo da música⁵. O fator memorização foi trabalhado muito com eles, pois percebemos que os alunos tinham mais dificuldade.

Foi pensando na cooperação, o qual foi de extrema importância em todo o processo, que misturamos os alunos que tinham um nível de deficiência mais dependente, com os que não tinham, e desta forma produzindo a coreografia a partir da condição individual/coletiva dos envolvidos. Como sustenta Silva (2003) quando afirma que “[...] todos os indivíduos, apresentem eles alguma deficiência ou não, expõem emoções e pensamentos que interagem com outras emoções e outros pensamentos, quando inseridos num grupo social. (p.50)

Portanto, acreditamos que as possibilidades e as conquistas não seriam possíveis se não tivéssemos realizado o trabalho de forma cooperativa, coletiva, respeitando os potenciais de cada um. E isto é o que trataremos em outro momento.

⁵ A música escolhida foi “Planeta Água” de Guilherme Arantes na voz de Sandy.

5.2 DESAFIOS/LIMITES PERCEBIDOS AO LONGO DO PROCESSO

Durantes os encontros percebemos desafios/limites que se tornavam bem claros a nós ao longo do projeto, e assim foram sendo solicitadas mudanças que fossem de encontro às necessidades reais dos alunos. A partir de algumas impossibilidades enxergadas na realização das atividades ou, mesmo de algum movimento, como o salto no trampolim, ou um salto seguido de corrida, ou ainda um rolamento, levavam-nos a rever nosso planejamento, no sentido de se pensar/propor uma ação em que o aluno tivesse possibilidade para realizá-la da forma mais autônoma possível.

Sendo assim, em nossos encontros, planejávamos dentro das necessidades dos alunos, e verificávamos o que poderíamos fazer no caso de outros alunos que tinham mais dificuldades na realização das atividades. A insegurança, o medo do novo, foram alguns aspectos que encontramos no decorrer das atividades e como estratégia utilizamos o diálogo para que os alunos realizassem as atividades.

Notamos que o próprio diálogo com e entre os alunos com deficiência nos foi desafiador, visto que para eles, até mesmo a compreensão do quê falávamos, era algo de difícil entendimento. Assim, apenas falávamos o necessário, de forma simples para que eles pudessem primeiramente confiar no grupo, e depois realizar o movimento, como no caso do trampolim:

- Ao pedirmos para eles saltarem no trampolim percebíamos a concentração e o de medo ao saltar. E nos milésimos de segundos que estavam no ar, o sorriso vinha estampado no rosto e a vontade de ir novamente para poder sentir de novo, era nítida na face neles. Isto para nós era um degrau sendo alcançado. Os que sentiam mais medo conversávamos com eles e aos poucos, no tempo deles e da forma deles, o salto ia acontecendo na medida em que se sentiam seguros.” (18/10/2010 – sétimo encontro).

Portanto, percebemos a GG, como afirma Ayoub (2003) sendo um processo de aquisição de novos movimentos e conhecimentos, de uma forma que permita a transformação e a recriação. E ainda, deve-se então buscar como resultado um desempenho possível, considerando-se a individualidade biológica de cada discente.

Assim, dentro de suas limitações e potencialidades, os alunos deficientes, através da prática corporal fundamentada na GG, obtinham conhecimento e autonomia na própria realização dos movimentos. Autonomia esta que significa, segundo Sasaki (2006), “[...] que a pessoa com deficiência tem maior ou menor controle nos ambientes físicos e sociais que ela queira e/ou necessite frequentar para atingir seus objetivos.” (p.35). Deste modo, não era apenas o simples movimento do saltar, subir e descer do trampolim, ou correr e saltar, mas a autonomia de querer/poder realizar o movimentos com um mínimo de ajuda possível.

5.3 POSSIBILIDADES/CONQUISTAS PERCEBIDOS AO LONGO DO PROCESSO

Como os desafios discutidos anteriormente, as possibilidades que surgiram no projeto também devem ser dialeticamente destacadas. Primeiramente pela possibilidade da socialização dos alunos com deficiência, tanto no que se refere aos alunos entre si, como também nos laços estabelecidos com as estagiárias. Outro fator a se evidenciar refere-se às mudanças qualitativas no desenvolvimento destes, de forma a contribuir significativamente na forma como eles se percebiam enquanto cidadão.

No que se refere ao primeiro item, uma fala que nos chamou atenção, por exemplo, foi a de um pai, em que ressalta o fator convivência presente em nossas práticas dentro do projeto:

- Pra nós o importante é viver, pra eles é conviver. E neste projeto vocês dão esse direito de convivência.” (Pai E).

Logo, compreendemos que as vivências com a modalidade de GG vão para além da prática, elas também criam oportunidades para gerar criatividade e espontaneidade, a partir da tomada de contato com o outro, da percepção e reflexão sobre as pessoas e a realidade na qual estão inseridas. (OLIVEIRA & LOURDES, 2004). Mas para isto temos que fomentar em nossas atividades, momentos de convivência, de socialização, de contato. Como propõe Rodrigues (2004) ao afirma que na convivência com a diversidade “[...] os diferentes espaços nos quais nos inserimos deveriam ser de experiências compartilhadas para o exercício dessas inter-relações.” (p.48). Sendo

assim, em nossas atividades criávamos momentos em que os alunos pudessem se relacionar, podendo isso acontecer em um movimento mais livre com músicas, ou em uma brincadeira com instrumentos de ginástica.

O segundo fator foi percebido na construção da coreografia, quando entendemos que além de aumentar o contato e a interação, o reconhecimento dos alunos com deficiência ao fazer parte de todo o processo de construção, os colocava como protagonistas da própria prática. Isso nos remeteu a pensarmos sobre o quanto esta experiência favoreceu aos envolvidos o reconhecimento sobre si, pois em todo o procedimento eles aprenderam e refletiram sobre o que estavam realizando.

Neste sentido, como afirmam Ferreira & Guimarães (2003) o ponto positivo da defesa em prol da inclusão é que “[...] estudar, analisar e refletir sobre as diferenças de toda ordem significa aprender um pouco mais de si próprio. Conhecer-se melhor faz parte da construção da cidadania” (p.147). Deste modo, com a coreografia e conseqüentemente com a apresentação ao final do projeto, eles puderam mostrar/perceber/conhecer, suas diferentes capacidades/possibilidades para realizarem os movimentos gminicos e, ainda, dentro de um contexto rítmico interagir com um grupo diferenciado de pessoas e se compreendendo como parte importante de toda a ação.

5.4 INDÍCIOS DESTA EXPERIMENTAÇÃO NA/PARA A VIDA DOS ENVOLVIDOS: A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES

Ao longo deste projeto percebemos alguns indícios que anunciam algumas possibilidades de contribuições que este projeto possa ter repercutido na/para vida dos alunos envolvidos, especialmente no que se referem a seus respectivos processos inclusivos.

Em nosso entender o fazer parte deste projeto oportunizou ao envolvidos, não só a ocupação do tempo livre/disponível, pela socialização com outros participantes, mas, também e principalmente pela possibilidade destes experimentarem outras/novas práticas corporais, oportunizando-os novas experiências que certamente vão potencializar seus processos de desenvolvimento humano. Como afirma Rocha et al.

(2008) ao citar a GG como uma prática corporal que “[...] pode propiciar condições favoráveis de aprendizado e ampliação de repertório motor a partir do mundo de movimento dos alunos[...].” (p.15)

Em alguns momentos do projeto, percebemos algumas atitudes dos alunos deficientes sendo diferenciadas. Como durante o processo tínhamos muitos diálogos, no sentido de levar aos alunos o aprendizado não só dos movimentos, mas o nome dos aparelhos, o nome dos movimentos, os alunos eram levados a dialogar com os pais sobre o que haviam aprendido, aprimorando assim a forma de se relacionar com os outros.

Em alguns casos, como alguns falavam pouco, a expressão corporal era a melhor forma de se comunicar. Em uma aula, construímos uma fita feita de papel crepom de forma a envolver os alunos nas aulas. Neste momento era nítida a forma com que os alunos se identificaram com o objeto produzido e com a forma de utilizá-lo. Remetendo a fita da Ginástica Rítmica, fizemos movimentos de correr, saltar, e girar a fita pelo corpo, o que trouxeram aos alunos boas sensações, como a de alegria, por exemplo. Certa vez, uma mãe afirmou que ao levar a fita para casa, a filha não parava de brincar com ela até rasgá-la. E conta ainda que a filha ficou alegre, com a fita, dançando e fazendo os movimentos aprendidos.

Como afirma Ayoub (2003) assegurando que a GG pode proporcionar “[...] além do divertimento e satisfação provocada pela própria atividade, o desenvolvimento da criatividade, da ludicidade e da participação.” E é neste sentido que percebemos os indícios criados pela prática de GG, com seus instrumentos e várias suas várias formas de expressão, levando a maioria dos alunos deficientes à exploração dos movimentos de várias maneiras. O interesse dos alunos os envolvia e os faz desenvolver em aspectos como a criatividade e a participação, pois os movimentos mais dançantes acabaram sendo criados por eles mesmos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo constatamos que a experimentação da GG como uma prática corporal potencializadora aos processos inclusivos dos envolvidos, foi um desafio significativo, como por exemplo, realizar um trabalho que confrontava a insegurança, o medo, a dependência do outro, nos alunos deficientes. E ainda ter que compreendê-los através das expressões corporais, pois a comunicação verbal era insuficiente.

Todavia não poderíamos deixar de evidenciar que no projeto, especialmente em relação aos jovens e adultos com deficiência, esta experimentação criou possibilidades, tendo em vista os aspectos socioafetivos, cognitivos e psicomotores. A socialização, o diálogo, a autonomia, a reflexão a partir das práticas corporais fundamentadas em GG, foram algumas das possíveis contribuições realizadas no projeto.

Esperamos que através deste projeto realizado, outros possam acontecer nesta perspectiva da experimentação de práticas corporais como contribuição aos processos inclusivos, pois como afirma Oliveira (2004), “[...] o trabalho em Ginástica Geral propõe a educação a serviço de novos valores, manifestados e gerados na sociedade e na vivência do lúdico na cultura, sendo os participantes agentes da história, em busca da transformação social.” (p.228).

Assim, os participantes deste projeto, jovens e adultos com deficiência intelectual, podem de fato participar também de uma transformação social, tornando a sociedade mais inclusiva, a partir do entendimento de que esta sociedade,

[...] fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 2006, p.168).

Para finalizar, entendemos que a construção de uma sociedade inclusiva, pressupõe a aceitação da diferença e o reconhecimento das desigualdades que perpassam nossa sociedade. Para além disto, devemos reconhecer que todos nós temos limites, mas

também, potencial. Talvez, este seja um bom caminho para que nos leve, efetivamente, ao encontro de uma sociedade mais igualitária e justa a todos e todas.

7. REFERÊNCIAS

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdos**. 2009. Ed. 70. Lisboa.

BRACHT, V. **Educação Física: A Busca Da Autonomia Pedagógica**. In: Revista da Fundação de Esporte e Turismo 1(2): 12-19, 1989.

CRUZ, G. C.; SORIANO J. B.. **A Formação Profissional em Educação Física Diante De Políticas Educacionais Inclusivas: Perspectivas Docentes**. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte Salvador – Bahia – Brasil 20 a 25 de setembro de 2009.

FERREIRA, M. E. C. & GUIMARAES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro. DP&A. 2003.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE GYMNASTIQUE. **Gymnaestrada Guide: 10th world gymnaestrada Berlin 1995**. Berlin: DTB, 1995.

GÂNDARA, M. **Esporte e Integração social**. In: II Encontro Latino-Americano sobre síndrome de Down, 1997. Brasília: Anais do Congresso. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997, p.307-308.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. - 4ª Ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995^a, p. 57

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 06 de junho de 2011.

LANGLADE, A., LANGLADE, N. R de. **Teoria general de la gimnasia**. Buenos Aires: Stadium, 1970.

OLIVEIRA, N. R. C.; LOURDES, L. F. C. **Ginástica Geral Na Escola: Uma Proposta Metodológica**. Pensar a Prática 7/2: 221-230, Jul./Dez. 2004

PAOLIELLO, E. et al. **Ginástica Geral: Experiências e Reflexões**. São Paulo: Phorte Editora, 2008.

PEREZ, M. A. R. **Desafios para a Implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial.** In: I Encontro Estadual sobre Educação Inclusiva. Ministério Público do Estado do Maranhão. Palestra proferida em 26 de Agosto de 2002. Disponível em http://www.ampid.org.br/Artigos/Artigo_Maria_Alice_1.php, acesso em 20 de abril de 2011.

RAMOS, J. J. **Os Exercícios Físicos na História e na Arte.** São Paulo: IBRASA, 1982.

RODRIGUES, G. M. **Demarcações Sociais e as Relações Diádicas na Escola: Considerações Acerca da Inclusão.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 43-56, maio 2004

ROCHA C.G.R; MENEZES L.M; Rocha M.B, COSTA W.S. **Proposta De Inclusão Da Ginástica Geral (Ginástica Para Todos) Nas Aulas De Educação Física Escolar.** In: Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac, Faculdade de Educação e Ciências Sociais de Ribeirão das Neves, MG. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão/Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 7ª Ed.2006.

SILVA, M. G. C. **A Autopercepção de Alunos/as que Apresentam Necessidades Educativas Especiais e Suas Redes de Significação.** 2003. 294 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

CHICON, J. F. ; SÁ, M. G. C. S. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância. 2010.

SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação do Corpo: Estudo a partir da Ginástica Francesa no Século XIX.** Campinas, SP: Autores Associados. 1998.

SOUZA, E. P. M.; PÉREZ, G. J. S. **Ginástica Geral: Duas Visões de um Fenômeno.**
In: Ayoub, E. (Org.). Coletânea: textos e sínteses do I e II Encontros Ginástica Geral.
Campinas: Gráfica da Unicamp, 1997.